

ENTRE A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E O DIREITO À CIDADE: CONTRADIÇÕES, MOVIMENTOS E RESISTÊNCIAS

Felipe Taumaturgo
Rodrigues de Azevedoⁱ
Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este trabalho propõe algumas reflexões sobre as problemáticas do espaço urbano no tempo presente. Analisa-se a totalidade em Henri Lefebvre como um movimento dialético que mantém um Marx vivo, mas mortal e inacabado, o que ainda parece suficiente para as postulações teóricas da urbanização planetária e da metropolização. Aproveitamos o ensejo para caracterizar a questão da metropolização e da difusão da vida metropolitana enquanto vereda analítica extremamente enriquecedora, principalmente se amparada pela tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização, entendendo que no período atual faz mais sentido pensar em uma leitura do espaço urbano produtor de múltiplas centralidades do que de centros e periferias. Ademais, reconhece-se o gesto enquanto contingência efetiva da prática revolucionária, direcionamento teórico que só se faz possível mediante o pensamento em movimento de uma geografia das existências.

Palavras-chave: Epistemologia; Utopia; Dialética

**BETWEEN METROPOLIZATION OF SPACE AND THE
RIGHT TO CITY: CONTRADICTIONS, MOVEMENTS
AND RESISTANCES**

Abstract

This paper proposes some reflections on the problems of urban space in the present time. Henri Lefebvre is analyzed as a dialectical movement that maintains a living but deadly and unfinished Marx, which still seems sufficient for the theoretical postulations of planetary urbanization and metropolization. We take advantage of the opportunity to characterize the question of metropolization and the diffusion of metropolitan life as an extremely enriching analytical path, especially if supported by the triad homogenization-fragmentation-hierarchization, understanding that in the current period it makes more sense to think of a reading of urban space producing multiple centralities than centers and peripheries. In addition, it recognizes the gesture as an effective contingency of the revolutionary practice, theoretical direction that is only made possible by the moving thought of a geography of existences.

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.
Endereço eletrônico: felipetaumaturgo2@hotmail.com

Keywords: Epistemology; Utopia; Dialectics

Introdução

A cidade tem se manifestado como representação mais fiel da produção de capital excedente no período atual. Desde que o mundo se tornou majoritariamente urbano, não existe espaço mais oportuno para a reprodução da dinâmica hegemônica do que a cidade. Por meio de apropriação ou refuncionalização, o espaço urbano é preenchido de elementos que viabilizam a proliferação dos lucros de setores capitalistas da maneira mais ampliada possível.

Dentro dessa perspectiva, se faz cada vez mais indispensável promover novas concepções sobre o urbano, do meio acadêmico aos movimentos sociais, da teoria à prática... As postulações teóricas lefebvrianas nos possibilitam reconhecer o espaço da cidade enquanto produto concebido por todos, o que implicaria em sua apropriação também de maneira generalizada. O que na prática não ocorre.

Essas reflexões iniciais parecem – e são – cada vez mais repetitivas no campo dos estudos urbanos, o que nos recorre a duas justificativas possíveis: a primeira se manifesta pelo fenômeno urbano cada vez mais difundido enquanto único cenário possível para o presente e, principalmente, para o futuro do planeta; a segunda revela uma grande dificuldade dos acadêmicos e dos movimentos sociais construir contingências efetivas de subversão dos ordenamentos para o urbano como mero terreno de ampliação do lucro e da subordinação do valor de uso em relação ao valor de troca.

Ainda que necessária, nossa preocupação não basta e está longe de engendrar idealizações inovadoras ou revolucionárias no campo da produção do conhecimento, o que parece contraditório - embora a contradição seja um caminho que nos interessa -, dadas as nossas críticas, por isso pedimos desculpas. Apesar do empenho para produzir uma articulação teórica minimamente robusta, reconhecemos nossos

limites no que diz respeito à leitura de um colosso epistêmico. Dotado das mais infinitas especificidades, o espaço urbano do presente, quando explorado sem rigor analítico, pode se revelar uma plataforma extremamente confusa e escorregadia.

O espaço urbano, capturado pelo capital e transformado em valor de troca, torna-se uma abjeção para os mais pobres. Naturalmente produtor da cidade¹, o precariado urbano perde-se na ratificação do discurso oriundo da razão instrumental (LEFEBVRE, 2013), a qual negligencia outros agentes que não os hegemônicos na produção do espaço. Desse modo a cidade se desenvolve à dinâmica do capital e indiferente à apropriação pelos grupos sociais subalternizados, o que não acontece sem resistências. Manifestações, piquetes, barricadas, greves... O urbano se apresenta como um espaço de conflitos e tensões. Mas não são só essas ações que se revelam revolucionárias e resistentes ao uso da cidade como condição para a reprodução do capital.

Nesse aspecto, nossa análise² ganha um pouco mais de profundidade, já que enquanto perspectiva de método procura-se identificar outras ações, mesmo as mais simples e cotidianas, de homens e mulheres comuns, que não estão necessariamente engajados em algum movimento social, ou quando estão, não participam da parte coordenativa ou assumem protagonismo evidente nos movimentos.

Ademais, o período atual é demarcado por diferentes transformações na dinâmica do espaço urbano, o que reforça a necessidade por novas atribuições aos debates na cidade, desde as conceituações sobre a urbanização planetária à dinâmica da metropolização, o papel dos movimentos sociais enquanto sujeitos ativos na construção de utopias e futuros possíveis.

Pode se questionar: quais as projeções atuais para os debates urbanos em caráter de urbanização planetária? Como se caracteriza o debate da metropolização e

¹ Entende-se a produção do espaço primeiramente enquanto ato.

² Mesmo assim, procura-se uma articulação em relação às concepções metodológicas do marxismo de Henri Lefebvre e David Harvey, que promove um enfoque teórico partindo dos aspectos dominantes para as questões secundárias, dos conflitos principais para enfim apreender as diferenças (LEFEBVRE, 2008, p. 147). Considera-se totalmente viável construir essa correspondência entre o método em Marx e a valorização das ações cotidianas enquanto *práxis* revolucionária presente na geografia das existências, principalmente pela prerrogativa do pensamento em movimento da dialética marxista adotado pelos autores.

quais as possibilidades de inserção desse conceito nos estudos urbanos? Seria possível trabalhar a ideia de metropolização para discutir as problemáticas de alguns movimentos sociais que reivindicam centralidades específicas da cidade? Quais as táticas utilizadas pelos sujeitos podem se configurar enquanto ações efetivas de contestação do modelo urbano no tempo presente?

Este trabalho se divide em três partes principais: a primeira discute a importância do pensamento dialético nas novas formulações teóricas sobre urbanização planetária em contexto de metropolização, onde as duas conceituações caminham juntas enquanto processo; a segunda promove uma possível caracterização da ideia de metropolização e sua posição teórica nos estudos urbanos do tempo presente, ao receber a mesma importância da urbanização de ontem; a terceira e última acrescenta alguns instrumentos analíticos para a construção de futuros possíveis em tempos de metropolização e promove a construção de um enfoque analítico que se dê na dimensão da valorização dos gestos cotidianos enquanto perspectiva revolucionária.

Entre a dialética e a urbanização planetária: caminhos para a metropolização

O interesse teórico pelo debate urbano no presente perpassa pela tentativa de compreensão de uma realidade da cidade cada vez mais complexa. Por muito tempo discutiu-se a urbanização mediante o processo de industrialização e aspectos demográficos articulados com as relações urbano – rurais, principalmente sob as particularidades das migrações e do êxodo rural. A adoção desse caminho pareceu válida em inúmeros aspectos, mas não seria possível trilhar essa vereda hoje dadas as novas propriedades que completam o espaço.

Neil Brenner, no artigo *Teses sobre a urbanização* (2013), sinaliza a exigência de uma “reinvenção sistemática” do conceito de urbanização e critica as abordagens convencionais que, além de adotarem o perfil demográfico das cidades como instrumento primordial, assentam suas reflexões nas aglomerações urbanas sem estender suas teses à dialética do desenvolvimento urbano e sua totalidade que abrange, entre outras questões, as relações de concentração-dispersão, expansão-contração e

a formação de novas centralidades no espaço urbano em contexto de urbanização planetária.

Essa caracterização proposta por Brenner admite a necessidade de um enfoque muito mais amplo para a análise sobre a urbanização, permitindo a compreensão da abrangência da dinâmica urbana que se espalha para além das zonas imediatas de aglomeração e dos conceitos demográficos de concentração, o que promove transformações perenes nos sistemas das cidades.

Das relações sociais de produção aos impactos ambientais, a modificação da vida urbana é percebida em diferentes contextos, por isso a perspectiva de análise não poderia ser diferente. É preciso pensar a cidade de maneira suficientemente aberta e relacional, que possibilite o entendimento dos padrões urbanos no presente, alinhados a um aporte teórico que reconheça o urbano animado por diferentes relações produtivas, culturais e sociais, conectadas a aparatos técnicos cada vez mais desenvolvidos. Nas palavras do autor:

Consequentemente, desde a perspectiva aqui anunciada, a urbanização compreende a concentração e a extensão: esses momentos estão dialeticamente inter-relacionados, na medida em que pressupõem-se e contra-põem-se mutuamente de forma simultânea. Por um lado, essa proposição sugere que as condições e trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões, etc.) devem se conectar analiticamente com processos de maior escala relacionados com a reorganização territorial, a circulação (de trabalho, produtos básicos, matérias primas, nutrientes e energia), e a extração de recursos, que, em definitivo, abarcam o espaço do mundo inteiro. (BRENNER, p. 18, 2014)

A abordagem dialética que sustenta a interpretação de Brenner se assemelha com os direcionamentos que arriscamos propor. Principalmente quando se acrescenta a discussão sobre urbanização planetária a partir das concepções de Henri Lefebvre (2004 [1989]). Considerar uma totalidade aberta, fluida e constantemente móvel foi o que possibilitou a Lefebvre a construção de encaminhamentos em direção a teses consistentes sobre a urbanização planetária. O autor talvez tenha sido um dos primeiros teóricos do urbano a estender sua análise para a urbanização entendida por todo o sistema-mundo³.

³Ideia de Fernand Braudel, mas difundida por Immanuel Wallerstein (SANTOS, 1996).

A noção de totalidade em Lefebvre é exposta por Sandra Lencioni no texto *Totalidad y tríadas: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre* (2015) onde a autora promove uma pequena síntese do pensamento do autor e destaca, entre outras questões, uma divisão proposta por Lefebvre em uma totalidade fechada e uma totalidade aberta e em constante movimento, caminho necessário para o preenchimento do arcabouço teórico desenvolvido pelo filósofo para compreender a universalidade da vida urbana em escala local e global.

Para Lencioni (p. 50), a totalidade fechada em Lefebvre corresponderia tanto a sua concepção única, acabada em si mesma, quanto a possibilidade de conter diversas outras totalidades fechadas em sua interioridade. Essa perspectiva fechada é representada pela autora com o exemplo de vários círculos, onde cada um é independente e exterior ao outro. Já a totalidade aberta e em movimento é elucidada por Lencioni (p. 50) a partir do exemplo de uma espiral, que se desloca integrada a outras totalidades, e anima o pensamento dialético que fundamenta a abordagem marxista adotada por Lefebvre⁴.

Em entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique* no ano de 1989, Lefebvre destaca alguns paradoxos para as transformações vivenciadas pelo urbano, esse já dotado de agentes processuais que se reproduzem no espaço da cidade que é cada vez mais aberto a intervenções de ordem hegemônica e que parte de sentidos globais, metanarrativos, à ordem do cotidiano, micronarrativas. Nesse sentido, entende-se a crítica à cidade moderna como crítica à vida cotidiana do mundo atual. (LEFEBVRE, 2004 [1989])

Um paradoxo proposto pelo autor aponta para as novas formas urbanas que se espalharam por boa parte dos países centrais e representou o crescimento exponencial de diversas cidades, significando uma degradação cada vez maior das relações sociais, extremamente menosprezadas pela emergência de novas relações produtivas mediadas pelo advento de um aparato técnico ainda mais desenvolvido, que

⁴A leitura marxista de Lefebvre é lembrada por José de Souza Martins como a caracterização de um Marx necessariamente vivo e não messiânico, autor de uma obra necessária e inacabada, aberta a inserções de quem também se propõe a pensar as rupturas da história, as transformações do mundo e novos futuros possíveis.

não só forjava novas formas de organização da produção e do trabalho, mas que se reverberava também para uma nova produção do espaço da cidade.

Outra constatação enunciada por Lefebvre começa a expor uma possibilidade concreta de teorização sobre a urbanização já a nível planetário, ao entender que o fenômeno urbano é transformado de maneira vertical e há um concreto desmantelamento das práticas espaciais e da produção do espaço a partir da ordem do concebido e do vivido.

Nesse sentido, pensar a dialética do desenvolvimento urbano mediante os processos de concentração-dispersão, explosão-contração e da urbanização planetária parecem um panorama enriquecedor para os estudos urbanos por deixarem brechas para outras inserções teóricas promissoras para o entendimento da cidade no presente.

Metropolização: um enfoque mais abrangente⁵

A metropolização, por exemplo, tem sido uma concepção cada vez mais debatida nas temáticas urbanas. Para Álvaro Ferreira (2014), a metropolização⁶ se configura como uma característica da nova dinâmica do urbano em um contexto de penetração ainda mais evidente da tecnologia, dos serviços (esses substituindo cada vez mais a indústria), das mercadorias, engendrando transformações evidentes na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Nesse sentido, o autor compara a importância da metropolização de hoje com a urbanização de ontem, já que os elementos metropolitanos se reproduzem e transformam em única possibilidade de vida cotidiana, como ocorreu com a urbanização e a construção de uma vida urbano-industrial.

Tendo isso, cabe tecer alguns questionamentos sobre as zonas periféricas... A profundidade da vida metropolitana se dá de maneira tão sólida que fica difícil dis-

⁵ Ver Santos (1996)

⁶ Vale ressaltar que essa discussão não exclui as proposições de Lefebvre em relação à urbanização, essa que continua a acontecer mediante sua natureza enquanto processo. Ainda que, em termos lefebvrianos, falemos em urbanização completa da sociedade, é perceptível a identificação de elementos no sistema-mundo que não estejam diretamente relacionados às conceituações do modelo de vida urbano enunciado pelo autor.

cernir o que seriam esses espaços periféricos. Se ressaltamos a reprodução de uma vida metropolitana, como inserir as periferias nessa discussão?

Em um primeiro momento seria interessante rediscutir a própria leitura sobre periferia, que etimologicamente está a margem, mas que na prática talvez não se manifeste dessa maneira; uma segunda questão poder-se-ia recorrer novamente a Lefebvre e sua tríade *homogeneização-fragmentação-hierarquização* no processo de produção do espaço; em uma terceira proposição discute-se relevar o uso do conceito “periferia” no campo das identidades territoriais e da ação de movimentos sociais urbanos; um quarto e último apontamento – esse também proposto por Ferreira (2014) –, se valeria da leitura sobre a abrangência da metropolização e outros arranjos espaciais que poderiam ser inseridos nessa conceituação.

Todas as questões propostas devem ser analisadas dialeticamente e tencionadas em um caráter interpretativo mediante a dimensão da realidade urbana sem preceder um ordenamento específico. Poderíamos articular essas proposições ao entendermos que o espaço se configura de maneira homogênea quando se identifica os serviços, as mercadorias, a circulação de pessoas e capitais, quase sempre verticalizados do ponto de vista hegemônico que se dão em escalas local e global.

Nesse mesmo momento, ainda que contraditoriamente, são produzidos espaços de diferença, segregados, divididos e precificados de acordo com a infraestrutura, os equipamentos urbanos, os empreendimentos imobiliários, a mobilidade urbana, etc. Os espaços são comprados e vendidos e uns valem mais do que outros, segundo as premissas do Estado e da apropriação do espaço urbano pelo mercado imobiliário.

Diferentes usos (e não usos) são condições para o que se configura praticamente como periferia. Para que exista periferia, algum espaço precisa ser centro. É assim que intuitivamente atribui-se a noção de periferia às localidades mais pobres, geralmente desprovidas de salubridade do ponto de vista de questões ambientais e principalmente de segurança pública, além da dificuldade de acesso a saneamento básico e transportes.

O Rio de Janeiro parece um bom rebatimento espacial para inserir outras indagações nesse sentido. Dentro dessa escala de análise nossa abordagem parte de

dois exemplos principais: (I) as favelas da Zona Sul, espaços que se localizam em áreas valorizadas da cidade e do ponto de vista econômico são centrais; (II) Nova Iguaçu, cidade localizada na Baixada Fluminense e que tem apresentado crescimento exponencial nos últimos anos, quase sempre vista como espaço periférico.

A interpretação sobre o espaço de algumas favelas da Zona Sul deflagra as diferenças espaciais de maneira obscena. O planejamento urbano exercido pelo Estado e por setores capitalistas demonstra claramente quais são os espaços mais interessantes para o direcionamento dos gastos públicos, quase sempre visando a melhoria de áreas que já apresentavam boas condições do ponto de vista socioambiental, mas que interessam diretamente ao mercado turístico da cidade, como as praias.

Ultimamente, principalmente desde que o Rio de Janeiro assumiu a condição de *cidade olímpica*, quando os gastos são direcionados às favelas da Zona Sul, nota-se quase sempre a inserção de políticas pelo caráter da segurança pública, por meio do aumento do contingente policial na área ou com as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's). Essas ações têm promovido o aumento dos preços do solo urbano nessas partes da cidade, tornando a permanência de alguns moradores cada vez mais difícil, já que não conseguem mais pagar aluguel ou IPTU nessas áreas, o que mais uma vez favorece o mercado imobiliário na região, principalmente pelo interesse da instalação de *hostels*, pousadas, bares, entre outros empreendimentos, como tem acontecido na Favela do Vidigal, por exemplo.

Já Nova Iguaçu, área que em uma abordagem convencional sobre a caracterização da metrópole poderia ser interpretada como periferia, nos apresenta diversos elementos que direcionam nossas expectativas para a leitura adotada nesse trabalho.

Algumas condições atuais do urbano, como a penetração do imaginário da metrópole na vida cotidiana, o desenvolvimento urbano que se estende dialeticamente em concentração-extensão de maneira contínua, abarcando inclusive áreas geograficamente mais afastadas (BRENNER, 2014) e a ideia da metropolização que abrange também as cidades médias (FERREIRA, 2014), tornam (por meio da infraestrutura; dos serviços; de zonas industriais; das mercadorias; etc.), determinados espaços extremamente valorizados na cidade iguaçuana, reproduzindo a mesma lógica de cidade percebida nas partes ditas centrais.

Nessa perspectiva, consideramos impossível atribuir qualquer sentido teórico de periferia à cidade de Nova Iguaçu, bem como às favelas da Zona Sul (essas economicamente situadas em partes centrais). O que queremos propor é que quando se discute as problemáticas do urbano no tempo presente, em contexto de homogeneização do espaço e da vida metropolitana, preenchido por áreas fragmentadas e hierarquizadas e das mais complexas especificidades, não se pode levar em consideração apenas as condições geográficas na compreensão da cidade, seria uma leitura empobrecida de instrumentos analíticos e continuaríamos promovendo uma dialética vulgar da relação centro-periferia, sem reconhecer a metropolização como causa e efeito de outros fenômenos, muito mais ricos e dotados de vigor teórico, como o das múltiplas centralidades que se alastram pela metrópole atual.

Da contradição teórica à resposta política: a utopia do direito à cidade por uma geografia das existências

Mesmo chegando a conclusões (ou não) que direcionam nossa análise para uma leitura do urbano marcada pela compreensão da relação centro-periferia de maneira mais abrangente, amparada pela tese da metropolização, ainda é possível reconhecer outras perspectivas para a caracterização da vida urbana, como a valorização do discurso dos movimentos sociais e a necessidade de reivindicação de determinadas partes da cidade, especialmente as ditas centrais.

Os movimentos sociais urbanos, tendo como exemplo os movimentos populares de moradia do Rio de Janeiro, tecem reivindicações em relação à necessidade de permanência nas partes centrais, sobretudo a zona portuária da cidade. Espaço negado a eles desde que o Rio de Janeiro se transformou em cidade sede de eventos em escala mundial, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Essa demanda se dá por algumas motivações específicas e duas delas se destacam: a primeira se caracteriza pela maior proximidade com o trabalho, já que muitos desses trabalhadores não possuem empregos fixos e dizem ser nas áreas centrais que se oferecem as maiores oportunidades de “bicos” ou trabalhos temporários; a segunda remete à questão identitária, principalmente pela relação que a população

negra (recorte étnico majoritário nos movimentos) tem com aquele lugar, espaço historicamente representativo mediante o período escravista.

Não é à toa que boa parte das ocupações desses movimentos apresentam em suas nomenclaturas referências à luta do povo negro, como Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Quilombo da Gamboa...

A interpretação dos movimentos em relação ao trabalho nos remete à compreensão de que a cidade é produzida socialmente e faz parte do cotidiano dos trabalhadores. Em nossa perspectiva entende-se que o trabalhador urbano do tempo presente apresenta uma realidade naturalmente mais complexa que o trabalhador fabril, principalmente a nível de organização e fluidez, o que nos termos de Harvey (2014) demanda atualização da palavra *proletariado* para *precariado*. Nas linhas do autor:

Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que dizimou-se a classe operária industrial clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substituiu o “proletariado” tradicional (p. 17).

Evocar a permanência no centro da cidade parece uma ampliação da ideia de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), essa que no período atual já apresenta traços de complexidade muito maiores dos apresentados por Lefebvre. Não se queixa por uma vida tediosa e enfadonha que assolava a França mergulhada na sociedade de consumo dirigido⁷ dos anos 60. Hoje, o direito à cidade no Brasil e no mundo renasce em um contexto de urbanização planetária e generalização da vida metropolitana, significando a reivindicação pelo direito à moradia, à mobilidade urbana, à segurança para as mulheres, negros e LGBTQ+, à acessibilidade para pessoas com deficiência... E ainda como escreveu Lefebvre, à produção do espaço.

Nesse contexto o discurso dos movimentos populares de luta pela moradia em relação à proximidade do trabalho, e à herança africana nos servem de justificativa enquanto instrumentos teóricos para recondiçnarmos nossa análise mediante a exposição anterior sobre o conceito de metropolização. Por um lado, contrariam

⁷ Ver Debord (2017)

nossas postulações sobre a relação centro-periferia, por outro, evidenciam a necessidade do pensamento em constante movimento e abrem espaço para a construção de um diálogo que nos permite, nos termos de Anita Loureiro de Oliveira (2014), falar *com* e não falar sobre os movimentos. O que nos inspira teoricamente e expõe brechas empíricas para a subversão da própria condição de subalternidade dos mais pobres.

Ter o diálogo com os movimentos sociais enquanto caminho analítico só se torna possível em uma abordagem que busque sentido e valorize as ações que se dão na dimensão do cotidiano, mesmo as que não saiam da escala do gesto. Não seria possível pensar o direito à cidade no tempo presente sem reconhecer as ações dos sujeitos que, mesmo sem apresentarem acúmulo teórico do ponto de vista da organização política, contribuem com suas organizações com pequenas ações. Por exemplo, quando uma senhora, participante de um projeto de moradia⁸, guarda um lugar na fila de atendimento da Secretária de Fazenda para que outros integrantes do projeto que não têm esta disponibilidade de tempo, possam ter assegurado o andamento do processo jurídico que lhes dará acesso à moradia digna.

Essa valorização dos gestos cotidianos como perspectiva de método se torna possível na construção do que Cátia Antônia da Silva (2014) denomina “geografia das existências”, uma oportunidade de reconhecer agentes não-hegemônicos tanto no processo de produção do espaço, quanto na produção do conhecimento científico. Para Anita Loureiro de Oliveira, no prefácio do livro *Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço* (2014), essa leitura de método:

Trata-se de uma geografia que reconhece o homem lento, ordinário, o sujeito corporificado revelador de uma geografia da existência que sintetiza sentidos mais amplos da organização social e da participação política daqueles que, subalternizados, habitam áreas opacas da cidade e são os mais prejudicados pela lógica hegemônica do capital. (p. 7)

O homem lento de Milton Santos, o homem ordinário de Michel de Certeau e o sujeito corporificado de Ana Clara Torres Ribeiro são, por se inscreverem e produzirem o espaço, agentes de carne e osso da construção de utopias e futuros possíveis

⁸ Essa ação foi observada em uma de nossas visitas ao Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa e pode ser melhor compreendida em Azevedo (2017).

clamada por Henri Lefebvre, já que sua apropriação do espaço se dá por códigos não-hegemônicos, distantes da razão instrumental e tecnocrática.

Enquanto alternativa, alguns movimentos populares de luta pela moradia, além de reivindicarem o direito constitucional à habitação, também constroem possibilidades efetivas de permanência nas áreas centrais e pressionam as instâncias burocráticas do poder público através de políticas habitacionais via autogestão⁹, como o Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa localizado na zona portuária do Rio de Janeiro e a Ocupação Manoel Congo, na Cinelândia.

Esses movimentos apresentam ações convencionais de reivindicação de suas pautas, como os protestos em vias públicas, o bloqueio de estradas e a queima de pneus, mas também se organizam para pensar novas formulações sobre o modelo de espaço urbano que querem desenrolar sua vida cotidiana, como ocorre com a *Fábrica Experimental de Cidades* da Ocupação Solano Trindade¹⁰ ou o *Mapa das Utopias* do Quilombo da Gamboa¹¹.

É necessário compreender que mais do que o direito à cidade e a produção do espaço em ato, os movimentos sociais urbanos devem reivindicar o planejamento do espaço. Para isso é preciso ter a utopia enquanto horizonte, de maneira *experimental* aos moldes de Lefebvre¹², mas também prática como com o Quilombo da Gamboa. A utopia não deve ser enxergada da maneira reducionista dos dicionários, definida como o espaço que não existe, mas sim como os espaços que não existem no presente, ou seja, totalmente abertos a engendramentos futuros.

⁹ Como o Minha Casa, Minha Vida Entidades, um programa governamental que atua junto a associações, cooperativas e ONG's articuladas à questão da habitação.

¹⁰ Ação organizada pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) e apoiada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Ver: <https://benfeitoria.com/fabricaexperimentalnlnmdc>. Acesso: 14/08/2018, às 14:38

¹¹ Oficinas de mapeamento coletivo organizadas pelos movimentos que compõem o Projeto para os futuros moradores pensarem em propostas para os equipamentos públicos do entorno do condomínio onde morarão.

¹² Para Lefebvre (2001), a utopia experimental remete a um processo de leitura da cidade que valoriza a generalização da utopia enquanto perspectiva metodológica, reconhecendo a necessidade de uma abordagem sobre o urbano que se estabeleça a partir das inscrições das próprias espacialidades enquanto formalizações de um outro lugar na cidade, lugar esse que ainda não existe.

Para Lefebvre, todos os agentes do espaço urbano - com exceção dos “práticos estreitamente especializados que trabalham sobre encomenda” (2001, p. 110) - são utópicos, mesmo alguns tecnocratas, sujeitos dotados de insensibilidade e frieza (nunca neutralidade) no processo de produção do espaço, exercem sua natureza utópica. Nesse sentido o autor adiciona possíveis aberturas de se reconhecer a utopia a partir de um viés científico dotado de vigor teórico e rigor analítico e propõe alguns questionamentos fundamentais:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender, quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2001, p. 110)

Compreender os prognósticos de uma concepção metodológica que consiga efetivamente associar as contribuições dos estudos urbanos com o real, promovendo uma análise imbricada e retroalimentada no par teórico-prático nos parece a melhor trilha para desvendar a peleja da vida urbana. E nesse sentido reconhecer, como aprendemos com Ribeiro (2009), Santos (1996), Loureiro (2012) e Silva (2014), as ações cotidianas enquanto possibilidades mais promissoras de inscrições revolucionárias no espaço, gestos capazes de escapar das formas labirínticas da cidade (HIERNAUX, 2006).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Felipe T. Rodrigues de; CUNHA, Andréia Ribeiro. **É só mais um Silva que não tem moradia: A Ocupação Quilombo das Guerreiras na luta contra as remoções e a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. In: ARRUIZO, Roberta Carvalho; OLIVEIRA, Anita Loureiro de. (Organizadoras) *Geografia e Resistências: Imaginários, discursos e práticas no território fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2015. p. 3-14

CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio D'ávila; SILVA, Cátia Antônia da. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 135-151, jan.-jun. 2019

FERREIRA, Álvaro. Dominação e apropriação no espaço social: entre a ordem próxima e a ordem distante. In: **Conferencia Internacional Aspectos Culturales en las Geografías Económicas, Sociales y Políticas-UGI**. 2007.

_____. O projeto “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona e produção a serviço do capital?. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, 2010.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. **Empan**, n. 2, p. 12-19, 2004.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 2014.

LAGO, Luciana. **Empreendimentos habitacionais associativos na produção da cidade brasileira: sentidos diversos e contraditórios**. In: Seminário Internacional A Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos. Rio de Janeiro, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Prefácio: A Produção do Espaço. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.

MIRANDA, Paula Menezes Salles de. **Moradia e autogestão no Quilombo da Gamboa: Espaço, projeto e contradições**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado). Prourb, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOREIRA, Mariana Fernandes. **“Um palacete assobradado”: da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de “lar” em uma ocupação sem teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. (Dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Música e ação no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990: vozes insurgentes na cidade. **CADERNOS IPPUR**, p. 137, 2006.

_____. Por uma episteme dialógica, sensível e criativa: uma homenagem à Ana Clara Torres Ribeiro. **Revista Tamoios**, v. 8, n. 1, 2012.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem teto no Rio de Janeiro. **Polis**. Revista Latinoamericana, n. 27, 2010.

_____. **As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. (Tese de doutorado)

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, p. 33-52, 2001.

_____. **Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Clacso, p. 147-156, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os geógrafos na luta pela cidade como direito. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 7-20, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço do Cidadão**. Vol. 8. Edusp, 2007.

SILVA, Cátia Antônia da. **Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade**. **Revista Tamoios**, v. 8, n. 1, 2012.

Entre a metropolização do espaço e o direito à cidade

Felipe T. R. de Azevedo

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Recebido em 11 jan. 2019

Aceito em 3 mar. 2019.